Capítulo 90

O período entreguerras: as dificuldades brasileiras e a Revolução de 1930

Terminada a I Guerra Mundial, em 1918, o Brasil se viu inserido num mundo bastante mudado. No Ocidente, os Estados Unidos passavam à liderança como nação mais poderosa. No Oriente, a Revolução Russa tentava edificar a primeira sociedade socialista da História. O mundo passaria a depender das relações entre as duas novas grandes potências.

No Brasil, passou-se a exigir a adaptação aos novos tempos. Parcelas da população até então excluídas começaram a pressionar para influir nos destinos do país. Intensificaram-se os movimentos operários, em geral reprimidos à força. A burguesia urbana, nascida com a industrialização, e setores jovens das forças armadas passaram a combater a situação vigente, configurada no coronelismo e na política do café-com-leite. Pregavam uma revolução. Junte-se a isto o agravamento da crise econômica em fins da década de 1920 e teremos pronto o cenário para as várias revoltas do período, que culminaria com a queda de um presidente e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

1. O crack *e o café*

A crise da década de 1920 atingiu a economia brasileira em seus dois pilares básicos, a indústria e o café. O principal sustentáculo dessa economia era o café; e Minas Gerais e São Paulo, os maiores produtores, detinham o poder político. Seria, logicamente, o governo federal o maior interessado numa política de valorização do café. Essa política, iniciada no Convênio de Taubaté em 1906, baseava-se na retenção de estoques e no financiamento para a produção, o que exigia constantes emissões de moeda e empréstimos do exterior, sobrecarregando a economia nacional.

Em 1926, o Brasil sozinho produzia 3 de cada 5 sacas do café que o mundo bebia. Por isso podia regular o mercado e controlar os preços, vendendo mais, ou menos. Mas não tinha condições de reter estoques por muito tempo; também dependia do mercado externo. Daí a crise. O número de sacas empilhadas passou de 7,3 milhões em 1927 para 27,5 milhões em 1930.

Já em 1924, tentando ajudar as oligarquias cafeeiras, o governo havia financiado até 50% das safras retidas. As manobras especulativas costumavam beneficiar os banqueiros e demais interesses internacionais, que controlavam compra e venda. Os altos preços estimulavam a produção e a superprodução, que trazia o acúmulo de estoques, o que dava uma aparência de prosperidade da lavoura mas escondia o progressivo endividamento e a dependência externa.

Com o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, veio a derrocada:

- os Estados Unidos diminuíram as importações, e o preço do café caiu em mais de 30%;
- o crédito externo foi suspenso;
- as dívidas tiveram de ser liquidadas.

O governo queimou milhões de sacas, na inútil tentativa de manter os preços. Era a ruína mundial, e brasileira. Nas vésperas da quebra de 1929, o café representava 72,5% das exportações nacionais. A crise se refletia nas indústrias afins, como as de sacos de aniagem e fazendas produtoras de gêneros de primeira necessidade.

Entre 1920 e 1929, a indústria passou por transformações: as grandes se reforçaram e as pequenas desapareceram, o que caracterizou um processo de concentração. Com a revalorização da moeda (1925-26), manufaturados estrangeiros invadiram nosso mercado, trazendo problemas à indústria nacional. Mais sólidas eram as subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, aqui instaladas havia algum tempo, não só para escapar a tarifas alfandegárias como para aproveitar a mão-de-obra mais barata.

2. Instabilidade política

Três presidentes enfrentaram revoltas militares e civis na década de 1920. Um deles, Washington Luís, não terminou o mandato. A instabilidade política marcou aqueles anos.

Eleito com apoio das oligarquias sulistas, o paraibano Epitácio da Silva Pessoa (1919/1922) deu atenção ao Nordeste, onde construiu 205 açudes, 220 poços e 500 quilômetros de ferrovias.

Mas continuaram os problemas, como aqueles provocados pelas secas. Os últimos meses de seu governo foram agitados, com a eleição do sucessor Artur Bernardes, contra a oposição de setores militares e civis.

O governo de Artur da Silva Bernardes (1922/1926) transcorreu todo sob estado de sítio, em meio a agitações e revoltas, que o levaram a afirmar no fim do mandato:

"*Como presidente da República, eu fui apenas um chefe de polícia*".

Bernardes convenceu o Congresso a reformar a Constituição de 1891, fortalecendo o Executivo, limitando o *habeas-corpus* e facilitando a expulsão de estrangeiros considerados perigosos. O alvo eram os trabalhadores imigrantes que organizavam o meio operário em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho.

As revoltas dos tenentes

Na década de 1920, ocorreu a segunda *questão militar*. A primeira tinha levado à Proclamação da República. Tal como aquela, a segunda constou de atos de indisciplina, seguidos de punições que geravam novas indisciplinas. Levaria à Revolução de 1930.

Este choque entre poder civil e poder militar se chamou *tenentismo*, pois a revolta partia dos cadetes, tenentes e capitães. O descontentamento da oficialidade jovem se devia a vários fatores, como:

- o Exército se encontrava abandonado, sem material, e o governo só lhe atribuía missões humilhantes, como depor governadores que não se enquadravam na política dominante;
- os jovens sofriam influência das idéias industrialistas e nacionalistas que se desenvolveram no país, principalmente depois da I Guerra Mundial.

Os *tenentes* queriam moralizar a vida política brasileira, pôr um fim à corrupção eleitoral. Queriam deixar de ser jagunços das oligarquias. Tinham idéias progressistas e ao mesmo tempo conservadoras: pregavam o voto secreto e a reforma do ensino, mas achavam que os "mais capazes" deviam dirigir o povo, "despreparado e inculto".

Os Dezoito do Forte

A primeira revolta tenentista ocorreu depois da eleição de 1922, em que saiu vencedor, como sempre, o candidato da situação, Bernardes. Durante a campanha, o jornal carioca *Correio da Manhã* recebeu algumas cartas ofensivas ao Exército e ao marechal Hermes. Traziam a assinatura de Artur Bernardes. O Clube Militar decidiu impedir a posse dele. Os tenentes planejaram derrubar Epitácio Pessoa. No dia 5 de julho de 1922, eles tomariam os quartéis e exigiriam a renúncia. No dia marcado, só a Escola Militar e o Forte de Copacabana se levantaram. Cercados, os revoltosos se entregaram. Mas dezoito tenentes do Forte decidiram enfrentar o governo oligárquico e saíram caminhando pela praia. Foram atacados. Apenas dois sobreviveram: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Só mais tarde seria descoberto que as tais cartas ofensivas de Bernardes não passavam de uma falsificação.

Segunda revolta

Em outro 5 de julho, em 1924, os tenentes pegaram em armas novamente contra o governo. Os revoltosos, entre eles Eduardo Gomes e Juarez Távora, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista por 23 dias e conseguiram contagiar outros Estados, onde surgiram motins: Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Amazonas e Sergipe. O Exército legalista bombardeou os quartéis sublevados e os tenentes se retiraram para Foz do Iguaçu (Paraná) onde se uniram a oficiais gaúchos, formando a *Coluna Prestes*.

Terceira revolta

A coluna guerrilheira que ficaria conhecida como Coluna Prestes saiu de Alegrete (Rio Grande do Sul). Com o reforço dos oficiais paulistas, percorreu 25 000 quilômetros de território brasileiro e travou mais de cem combates durante dois anos e meio, comandada pelo então capitão Luís Carlos Prestes. Formada por um núcleo fixo de 300 militares, chegou a reunir mais de 1 500 guerrilheiros. Os governos de Bernardes e Washington Luís não venceram a Coluna, mesmo com ajuda do cangaceiro Lampião. Mas os guerrilheiros também não venceram as tropas oficiais e se retiraram para a Bolívia. Foi o maior esforço militar já feito no Brasil para tentar derrubar um governo.

3. Antes que o povo faça...

"Governar é construir estradas." Eis o lema sob o qual Washington Luís Pereira de Souza governou (1926/1930). Ele também se preocupou em reformar as finanças. Mas a situação não estava boa. Havia descontentamento geral; jovens oficiais, alguns exilados em razão de levantes anteriores, apontavam a corrupção como principal problema do regime e se dispunham a combatê-la.

Ao paulista Washington Luís, naturalmente deveria suceder um mineiro. Mas ele se inclinou para Júlio Prestes, presidente de São Paulo, o que ofendeu os mineiros. Antônio Carlos, presidente de Minas, junto com João Pessoa, presidente da Paraíba, apoiaram a candidatura do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Contando com a *máquina* e a fraude, Júlio Prestes saiu-se vencedor. É de Antônio Carlos a frase famosa:

"Façamos a revolução, antes que o povo a faça".

Ela expressava uma realidade e explica a Revolução de 1930. Foi um movimento de parte da oligarquia brasileira, insatisfeita com o predomínio dos poderosos do café, com apoio de setores sociais, cansados da velha e corrupta república tal como os tenentes e as classes médias urbanas. Esta parcela da oligarquia que se revoltava queria acabar com o domínio da oligarquia cafeeira mineiro-paulista ou, ao menos, compor-se com ela. Ao mesmo tempo pretendia impedir que o poder lhe fugisse das mãos, tomado pelos tenentes ou outro grupo revolucionário, como os operários.

O poder permaneceria nas mãos de novos grupos oligárquicos, mas diferentes forças se uniram contra o governo dos cafeicultores. Além de grupos situacionistas mineiros, gaúchos e paraibanos, oposicionistas de outros Estados, como o Partido Democrático de São Paulo, reuniram-se e formaram a Aliança Liberal, para disputar as eleições.

A Aliança recebeu forte apoio nos centros urbanos e Estados nordestinos. Os tenentes também apoiaram a chapa aliancista, com Getúlio e João Pessoa. A exceção foi Prestes, que rompeu com o tenentismo em 1930 e se aproximou do Partido Comunista, do qual seria secretário-geral por meio século. Diante de mais uma vitória situacionista "a bico-de-pena", os tenentes se empenharam em organizar a revolução e convenceram o candidato derrotado a aceitar a liderança do movimento.

Em 26 de julho de 1930, o presidente da Paraíba e candidato a vice de Getúlio, João Pessoa, tombou assassinado, vítima de crime passional. O crime precipitou a revolução armada contra Washington Luís, que estourou em 3 de outubro e saiu vitoriosa em três semanas. Em 24 de outubro, aconselhado pelo cardeal do Rio de Janeiro, Washington Luís entregou o poder a uma junta militar.

Getúlio Dornelles Vargas assumiu o poder provisoriamente, em 3 de novembro, como Delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo. Consolidou-se no poder e dominaria a cena política brasileira durante 24 anos, até o suicídio em 1954, quando ocupava a chefia do governo pela segunda vez.

4. Provisório mas nem tanto

O novo governo pretendeu dar ênfase a problemas sociais e urbanos e à industrialização, como deixou claro ao criar os ministérios do Trabalho, da Educação e da Indústria e Comércio. Dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias estaduais. Para os Estados, nomeou interventores, delegados do presidente da República, que governariam até que uma nova Constituição estabelecesse outras regras.

Mas o governo provisório não parecia tão provisório assim. Getúlio demorava a convocar a Assembléia Constituinte para dar novo ordenamento jurídico à vida nacional. Além disso, passada a euforia inicial, manifestaram-se as divergências entre os diversos grupos vitoriosos.

O descontentamento pela demora na constitucionalização era mais notório em São Paulo; ali também crescia a revolta dos fazendeiros do café, ansiosos por reconquistar a influência perdida. Em 9 de julho de 1932, estourou a *Revolução Constitucionalista*, comandada por Dias Lopes, com ajuda do general Euclides de Figueiredo. Em setenta dias de luta, as forças legalistas sufocaram a revolta. Alguns líderes foram presos e outros, exilados. Mesmo derrotados, os revolucionários conseguiram parte dos objetivos, pois Getúlio convocou eleições para a Assembléia Constituinte.

Apesar da mobilização da opinião pública, com propaganda em rádio e jornais e comícios, a *revolução paulista* não teve a unanimidade apregoada pelos protagonistas. Havia divergências dentro do próprio Partido Democrático, uma das

principais forças do movimento. Um de seus dirigentes, Marrey Júnior, disse que o povo foi enganado, pois se sabia que São Paulo ficaria sozinho e "não tinha armas nem munições para lutar sozinho". Também ex-combatentes, no primeiro aniversário do levante, denunciaram "os oportunistas da guerra que mandavam avançar e manter posições insustentáveis", bem como os privilégios dos guerreiros "vistosos" da retaguarda, enquanto eles eram postos na linha de frente por "promovedores de revoluções com o intuito de reconquista do poder perdido".

5. A Constituição de 1934

Eleita em 3 de maio de 1933, com 250 deputados e 50 representantes de classe, a Assembléia Constituinte tomou posse em 10 de novembro, para estudar o anteprojeto elaborado por comissão que o governo nomeara. A terceira Constituição brasileira e segunda da República foi promulgada em 16 de julho de 1934. Da Carta de 1891, manteve:

- a federação;
- eleições diretas para presidente, exceto Getúlio Vargas, eleito pela Assembléia para exercer o cargo até 3 de maio de 1938;
- mandato presidencial de quatro anos.

As novas disposições introduzidas foram as seguintes:

- extinção do cargo de vice-presidente; o presidente da Câmara assumiria em caso de impedimento do presidente;
- limitação das garantias do *habeas-corpus* e criação do mandado de segurança;
- instituição da Justiça do Trabalho, salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa etc.

As conquistas dos trabalhadores funcionariam, ao mesmo tempo, como freio para suas lutas, como vamos ver adiante. Depois de aprovada a Constituição, foi elaborado um Código Eleitoral, que regulamentou a votação secreta e estendeu o direito de voto a homens e mulheres com mais de 18 anos. Antes só votavam homens maiores de 21 anos.

Em novembro de 1935, os comunistas, agrupados em torno da *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), iniciaram um levante no Rio Grande do Norte, com desdobramentos em Pernambuco e Rio de Janeiro. Vencidos, seus líderes foram presos, entre eles Luís Carlos Prestes. Este passaria dez anos confinado numa solitária e submetido a tratamento tão desumano pela ditadura que o advogado Sobral Pinto chegou a invocar a lei de proteção aos animais em favor de seu cliente. A repressão aos comunistas daria a Getúlio a oportunidade de dar um golpe e entrar em nova fase, o Estado Novo, como veremos no fim do capítulo.

6. Situação econômica

A crise do café continuaria durante o novo período. O governo queimou milhões de sacas para tentar equilibrar oferta e procura, diante da superprodução. A crescente concorrência de outros produtores contribuiu para diminuir a importância do café. Uma concorrência irreversível ao longo do século: logo após o fim da I Guerra Mundial, os concorrentes exportavam 5 milhões de sacas anuais, cinco vezes menos que o Brasil; no período 1967-68, eles exportariam 33 milhões de sacas, o dobro dos 16 milhões e 300 mil sacas brasileiras.

Para compensar a estagnação do café, a política oficial estimulou a produção de frutas — laranja, abacaxi, banana. Mas só o *algodão* alcançou alguma importância; a exportação chegou a 323 529 toneladas em 1939 e declinaria nos cinco anos seguintes, durante a II Guerra Mundial, já que os maiores compradores eram potências inimigas, Alemanha e Japão.

Vários fatores impulsionaram a produção industrial:

- *diminuição das importações*, fruto da desvalorização da moeda ocorrida a partir da crise de 1929: entre 1926-30, importamos 5,4 milhões de toneladas anuais e entre 1931-35, a média caiu para 3,8 milhões;
- *II Guerra Mundial*, que trouxe também a diminuição das importações;
- atendimento ao *mercado externo*, especialmente a países vizinhos, na mesma dificuldade para importar de fornecedores tradicionais; em 1943, os produtos têxteis ocupariam o segundo lugar em nossa pauta de exportações, com participação de 13%, logo abaixo do café;
- construção da *Companhia Siderúrgica Nacional*, em Volta Redonda, que entraria em funcionamento em 1946, marco inicial da siderurgia pesada no país e fator mais importante para o

desenvolvimento da indústria nacional, até então dependente do exterior para obter matérias-primas e equipamentos.

7. Banditismo social

Julho de 1940. Corisco, o Diabo Loiro, herdeiro e vingador de Lampião, prefere morrer a entregar-se. Sua companheira Dadá, ferida, perderia uma perna. Dez anos depois da *revolução modernizadora* de Vargas, desaparecia o último chefe do cangaço. Era o fim de uma época, mas não o fim de todos os seus símbolos, pois permaneceria inalterada a concentração das terras nas mãos de poucas famílias, acarretando a miséria e as injustiças que levavam os jovens ao banditismo.

O ciclo do cangaço ou do banditismo social durou setenta anos no Brasil (de 1870 a 1940) e foi típico do Nordeste. O *bandido social* é geralmente membro da sociedade rural e encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Mas sua gente o trata como herói, seja porque o considerem um *justiceiro*, um *vingador*, ou porque ele "rouba dos ricos".

Os conflitos eram freqüentes no sertão nordestino e se estendiam por gerações. As fazendas de gado não possuíam cercas, apenas fronteiras naturais, imprecisas. O gado, apenas identificado por marcas a ferro, invadia pastos alheios ou era roubado por vizinhos ou assaltantes. A lei da herança também provocava conflitos. Morto o proprietário, o filho mais velho herdava as terras e vinham as disputas entre parentes, que muitas vezes arrastavam cidades ou regiões inteiras em lutas que atravessavam anos.

Os grandes proprietários procuravam conquistar o direito de figurar como autoridades do governo em suas áreas, o que também gerava divisões: todos queriam ser coronéis.

Cada coronel formava bandos armados para a defesa ou a imposição de suas decisões. Além de parentes, as milícias privadas abrangiam o *jagunço*, um guarda-costas do coronel, e o *cabra* ou *cangaceiro manso*, morador comum que, em troca do trabalho na terra e de proteção, se comprometia a defender o proprietário em todas as ocasiões.

A palavra cangaço viria de *canga*, peça de madeira que prende os bois ao carro ou arado; exprime portanto o fato de a pessoa estar submetida ao senhor.

No fim do século XIX, com o aumento da produção algodoeira, mudou a economia do sertão. A terra se valorizou, a vida ficou mais difícil para o pobre. A seca agravou a situação. Muitos se organizaram em bandos para assaltar e conseguir alimentos. Outros grupos surgiram para combater desmandos ou injustiças ou resistir ao alistamento militar obrigatório, como ocorreu durante a Guerra do Paraguai.

Os cangaceiros surgem nesse quadro, independentes dos proprietários rurais. Alguns coronéis tinham interesse em manter contato com tais bandos, para evitar ataques e pela precisão de algum *serviço*. Eram os *coiteiros*, que escondiam e protegiam os cangaceiros; muitas vezes davam-lhes alimento e munição.

Os bandidos mais famosos surgiram durante a seca de 1877-79, que matou de fome 300 000 nordestinos e mais de 600 000 cabeças de gado. João Calangro foi o primeiro. Depois veio Jesuíno Brilhante, que roubava alimentos e distribuía à população. Supõe-se que tenha sido assassinado pela polícia paraibana. A poesia popular o celebrou:

Já mataram Jesuíno
Acabou-se o valentão!
Morreu no campo de honra
Sem se entregar à prisão.

Na passagem do século surge Antônio Silvino, o "governador do sertão". Também distribuía saques aos pobres. Foi preso em 1914 por uma *volante* — a tropa de policiais que combatia os cangaceiros no sertão. Condenado a trinta anos de prisão, foi indultado por Vargas depois de 28 anos. Morreria em 1944 aos 79 anos de idade, em Campina Grande (Paraíba).

Lampião, rei do cangaço

Virgulino Ferreira da Silva, o *Lampião*, chefiou o principal bando de cangaceiros do Nordeste, entre 1920 e 1938. Nasceu numa família de lavradores e criadores por volta de 1900, em Serra Talhada (Pernambuco).

O cangaço o atraiu depois que sua família entrou em conflito com outra, ligada à oligarquia. A polícia matou-lhe o pai em 1919. Virgulino encarregou um irmão de cuidar dos outros cinco

menores e disse: *"Perdemos tudo, não perdemos? Agora, é matar até morrer"*. Com dois irmãos mais velhos, passou a percorrer os Estados nordestinos, fazendo justiça com as próprias mãos.

Torturado, o comerciante Pedro Cândido revelou à polícia o esconderijo de Lampião, em junho de 1938. Agindo de surpresa, a tropa massacrou o pequeno grupo de onze cangaceiros: Lampião, Maria Bonita, Enedina, Luís Pedro, Caixa de Fósforo, Elétrico, Mergulhão, Sexta-Feira, Diferente, Cajarana e mais um, o "Desconhecido". Todos foram decapitados. As cabeças, mumificadas, seriam expostas no Museu Nina Rodrigues (Bahia) até serem enterradas anos mais tarde.

Meio século depois de morto, Lampião seria "absolvido" pelo povo de Serra Talhada; em plebiscito, a população foi convidada a responder: Lampião, herói ou bandido? 79% dos votantes responderam *herói*. E decidiram pela construção de um memorial, com museu, biblioteca, estátua e *xaxódromo* para atividades culturais ligadas ao cangaço e a outros temas nordestinos.

8. O sindicalismo controlado

O governo que tomou o poder em 1930 fez concessões aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, exerceu sobre eles forte controle. Em março de 1931, foi assinada a *Lei de Sindicalização*, com objetivos bem claros:

- transformar o sindicato em colaborador do Estado;
- disciplinar o trabalho, considerado mero fator de produção;
- evitar a luta de classes usando o sindicato como pára-choque entre capital e trabalho.

O governo promulgou muitas leis trabalhistas, o que culminou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Ela teve por base a Carta do Trabalho do governo fascista italiano. Um de seus principais aspectos consiste no controle da atividade dos sindicatos, que perderam sua autonomia e ficaram presos a uma série de normas:

- cinco sindicatos podem formar uma federação, estadual ou interestadual; três federações podem formar uma confederação (nacional);
- não pode haver ligação entre categorias; por exemplo, o sindicato, federação ou confederação de metalúrgicos não pode organizar-se junto com os congêneres dos ferroviários;
- os sindicatos se tornaram assistencialistas: dão apenas assistência jurídica, médica, odontológica, etc.;
- só o Ministério do Trabalho pode reconhecer oficialmente um sindicato;
- são proibidas atividades políticas dentro do sindicato;
- os sindicatos não podem filiar-se a organizações sindicais internacionais;
- funcionários públicos não têm direito a filiar-se;
- o Ministério do Trabalho também controla as verbas sindicais: cada trabalhador contribui anualmente com o valor de um dia de trabalho, a Contribuição Sindical, que é redistribuída aos sindicatos (60%), federações (15%), confederações (5%) e à Conta Especial Emprego e Salário (20%);
- os sindicatos devem obedecer a uma série de exigências para realizar uma greve;
- o governo, através do Ministério do Trabalho, pode intervir no sindicato quando achar conveniente.

9. O Estado Novo

A repressão ao movimento comunista de 1935 reforçou o autoritarismo de Vargas. Com apoio de amplos setores do Exército e das classes dominantes e, em parte, inspirado no nazi-fascismo, ele passou a conspirar para se perpetuar no poder.

A situação internacional favorecia a solução autoritária. Fascismo e nazismo, na época, pareciam a muita gente regimes "dinâmicos", melhores que as democracias "decadentes". A desumanidade daqueles sistemas, os métodos violentos que seus líderes usavam para chegar ao poder e manter-se nele, a implacabilidade contra os inimigos políticos, o expansionismo, o controle absoluto sobre a vontade dos cidadãos, tudo isso só seria percebido quando eclodisse a II Guerra Mundial, que estudaremos no próximo capítulo.

Quando se aproximou o fim do mandato de Vargas, ele e os setores que o apoiavam trataram de encontrar um meio de suspender as eleições marcadas para 3 de janeiro de 1938. Enquanto José Américo de Almeida, Armando de Salles Oliveira e Plínio Salgado se preparavam para a campanha eleitoral, Getúlio articulava o golpe que lhe daria poderes ditatoriais.

Tal como haviam feito os nazistas na Alemanha, os seguidores de Vargas usaram como pretexto a ação dos comunistas — embora estivessem eles quase todos presos. Chegou-se a elaborar um plano falso, o *Plano Cohen*, que previa uma revolução comunista e o assassinato de centenas de políticos brasileiros. Getúlio decretou estado de guerra, que lhe permitia prender qualquer pessoa sem ordem judicial, e procurou apoio das Forças Armadas e dos governadores. Diante do fantasma do comunismo, foi fácil conseguir a união geral, apesar da posição de alguns, como o governador paulista Armando de Salles Oliveira, que julgavam possível afastar o comunismo sem cancelar as eleições.

Getúlio tinha tanta certeza do sucesso do golpe, que seu ministro da Justiça, Francisco Campos, já redigia em segredo a nova Carta. Com apoio militar, o golpe veio em 10 de novembro de 1937, sem resistências. Às dez da manhã, Getúlio, já ditador, instaurou o *Estado Novo* e apresentou aos ministros a nova Constituição, a *polaca*, pois se baseava na Constituição da Polônia. Ela concentrou todos os poderes nas mãos do presidente, "autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de graus superiores, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do país". As principais modificações introduzidas foram as seguintes:

- o presidente podia dissolver o Congresso e expedir decretos-leis;
- os partidos foram extintos;
- aboliu-se a liberdade de imprensa e instituiu-se a censura prévia;
- interventores passaram a governar os Estados;
- instituiu-se a pena de morte;
- o mandato presidencial foi prorrogado "até a realização de um plebiscito", que jamais aconteceria.

Para censurar a imprensa, orientar a opinião pública e fazer a propaganda do regime, foi criado o DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda.

A centralização se estendeu à economia, com a criação de uma série de *institutos centrais*, para planejar e controlar a produção nacional: Instituto do Pinho, do Sal, do Açúcar e do Álcool, do Cacau.

Para facilitar a defesa e estimular o povoamento e desenvolvimento do país, criaram-se os territórios de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco (depois Roraima), Guaporé (depois Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu.

Para combater os comunistas, Vargas usou os integralistas, filiados ao fascismo e ao nazismo. Alguns integralistas, entre eles o jovem oficial Olímpio Mourão Filho, haviam ajudado a forjar o Plano Cohen. Mas, após o golpe, liderados por Plínio Salgado, eles se tornaram incômodos ao poder; Getúlio os deixou de lado e extinguiu também seu partido, a Ação Integralista Brasileira. Inconformados, eles tentaram um golpe em 11 de maio de 1938. Dominados, acabaram na cadeia; seu chefe foi exilado. Mas o modelo de regime que eles queriam copiar chegava ao auge na Europa do entreguerras. A paz mundial não passava de uma trégua. Desta vez, o Brasil se envolveria mais do que simplesmente fornecendo víveres. O conflito que se avizinhava seria verdadeiramente mundial.

Questões propostas

1. O que caracteriza o mundo depois do fim da I Guerra Mundial?

2. Resuma a crise do café no período entre guerras.

3. Qual era a situação da indústria?

4. O que queriam os tenentes? Resuma suas principais revoltas.

5. Como foi rompida a política do café-com-leite?

6. Que foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo?

7. O que manteve e o que mudou a Constituição de 1934?

8. Que fatores impulsionaram a indústria na segunda metade do governo de Vargas?

9. Que condições tornaram possível o surgimento do cangaço?

10. Como Getúlio armou seu golpe? Quais as principais mudanças trazidas pela Constituição do Estado Novo?